



SUPERINTENDENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

PORTARIA Nº 002/SUPECOL/PMJP/2026

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

CONSIDERANDO, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

CONSIDERANDO que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

CONSIDERANDO que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

CONSIDERANDO, ainda, a inexistência, no momento, de outros servidores devidamente capacitados para a elaboração de editais e atos correlatos, circunstância que impõe a adoção de medida excepcional, devidamente motivada, a fim de assegurar a continuidade e a eficiência dos procedimentos licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação lotados da SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações.

Art. 2º As atribuições previstas no artigo anterior deverão ser exercidas em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, aos decretos regulamentadores e às normas internas aplicáveis, preservando-se o princípio da segregação de funções.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 20 de janeiro de 2026.

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)
LOURRANT CANTÃO PESSOA
Superintendente de Compras e Licitações
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 20/01/2026 às 08:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2352757** e o código verificador **5444B235**.

Docto ID: 2352757 v1



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/SUPECOL/PMJP/RO/2026
SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG): PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-5679/2025 – SEMUSA

OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual de aquisição de aparelhos de ar condicionado com instalação, visando suprir as demandas das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/05/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PARTICIPAÇÃO: AMPLA E RESERVADA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.637.039,14 (dois milhões seiscentos e trinta e sete mil e trinta e nove reais e quatorze centavos).

FONTE DE RECURSOS:

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

10	Fundo Municipal de Saúde							
02	PODER EXECUTIVO							
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
020703	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA							
10	Saúde							
10 301	Atenção Básica							
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS							
10 301 0002 2101 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde							
555	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			110.000,00	0,00	0,00		110.000,00
0.1.600 0	010.100 Atenção Primária - Principal			0,00				110.000,00
				0,00				110.000,00
020704	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA							
10	Saúde							
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial							
10 302 0003	SAÚDE CUIDADO ESPECIAL							
10 302 0003 2100 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Especializada							
608	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			137.167,73	0,00	0,00		137.167,73
0.1.600 0	010.108 MAC - Procedimentos			0,00				137.167,73
				0,00				137.167,73
020706	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE							
10	Saúde							
10 305	Vigilância Epidemiológica							
10 305 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS							
10 305 0002 2063 0000	Manut. dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde							
681	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.500,00	0,00	0,00		5.500,00
0.1.600 0	010.113 Vigilância em Saúde			0,00				5.500,00
				0,00				5.500,00

EDITAL: Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-
Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná-RO, 29 de abril de 2026.

Hevileny M^a C. L. Jardim
Presidente Pregoeira Interina
Decreto n. 0100/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/SUPECOL/PMJP/RO/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARTICIPAÇÃO – AMPLA E EXCLUSIVA

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 703/GAB/PMJP/2025, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na **forma eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1.385/2023, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-5679/2025 – SEMUSA

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20 de maio de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para Futura e Eventual de aquisição de aparelhos de ar condicionado com instalação, visando suprir as demandas das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **10 (dez) itens**, conforme constante no **Anexo II**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Os itens 1, 3, 5, 7 e 9 são destinados a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.

1.4. Os itens 2, 4, 6, 8 e 10 são COTA de até 25% reservadas à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP** nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

1.5. Os itens 2, 4, 6, 8 e 10 constam como abertos no sistema COMPRASGOV para ampla participação tão somente em razão do sistema possuir uma falha quanto a aplicação da cota no caso de SRP. Todavia, embora estejam abertos no sistema, serão consideradas apenas as propostas de ME's e equiparadas para os mencionados itens. Assim, as propostas de empresas que não se enquadrem como ME e equiparadas para os citados itens, serão desclassificadas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.3. Não se aplica ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Os itens 1, 3, 5, 7 e 9 são destinados para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.

3.6. Os itens 2, 4, 6, 8 e 10 são **COTA de até 25% reservadas à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP**.

3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**. Para esse fim, deverá a empresa apresentar a declaração do **Anexo III – A do Edital**.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

3.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor **unitário do item**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM ao ser convocada, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a)

desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros**. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Conter vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. **Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.**

A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**

7.13. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.14.1. Complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021.

9.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
- b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de 10 (dez) minutos**.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do artigo 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico **www.ji-parana.ro.gov.br** - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73 de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.br e confirmado através do telefone/whatsapp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**

14.11.1.1. **Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**

14.11.2. **ANEXO II – Carta Proposta (modelo);**

14.11.3. **ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;**

14.11.3.1. **ANEXO III – A – Modelo de Declaração**

14.11.4. **ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;**

14.11.5. **ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.**

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná-RO, 29 de abril de 2026.

Hevileny M^a C. L. Jardim
Presidente Pregoeira Interina
Decreto n. 0100/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA IDENTIFICAÇÃO

1.1. Órgão: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

1.2. Unidades Requisitantes: Unidades pertencentes à Secretaria Municipal De Saúde

2. DA INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei 14.133/21, elaboramos o presente termo de referência que discrimina os equipamentos a serem adquiridos, bem como dá aos participantes subsídios para apresentação das propostas. Considerando a natureza comum dos equipamentos, ou seja, por tratar-se de aquisições cujos padrões de desempenho e qualidade devem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, sugere-se sua contratação através do procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica.

2.1. DO OBJETO

2.1.1. Este termo de referência tem por finalidade aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o objetivo de suprir as demandas das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de acordo com as especificações técnicas contidas na "**Planilha: Detalhamento e quantidade dos itens a serem adquiridos.**" que integra este Termo de Referência.

2.1.2. Natureza da contratação: Aquisição de Equipamento.

2.1.3. Estão inclusos no objeto contratado a aquisição de aparelhos de ar-condicionado para suprir as unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam: Departamento de Atenção Básica, Departamento de Média e Alta Complexidade, Gerência de Assistência Farmacêutica e Departamento de Vigilância em Saúde, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência, para manter a climatização adequada dos ambientes melhorando a qualidade dos serviços prestados à população, bem como ao cumprimento de normas sanitárias e de segurança, além de promover melhores condições de trabalho aos profissionais da saúde para garantia a promoção da saúde na população do município de Ji-Paraná-RO.

2.1.4. Quantitativo mínimo a ser cotado, por item: é recomendável que o quantitativo mínimo ofertado seja igual ao máximo registrado, já que, de tal maneira, se promoverá a uniformidade do material empregado, além da possibilidade de conseguir um menor preço em decorrência da expectativa do volume a ser adquirido.

Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

Vigência da Contratação: A aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico Próprio, adotando-se o modelo de Ata de Registro de Preços (SRP), com vigência de 12 (doze) meses, **prorrogável por igual período**, conforme dispõe o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Conforme exposto no Estudo Técnico ([ID 2579237](#)), a presente contratação visa assegurar condições ambientais adequadas, proporcionando conforto térmico e qualidade do ar nos espaços da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná. Essa iniciativa visa garantir o bem-estar dos servidores e, principalmente, dos usuários, promovendo um ambiente de trabalho mais confortável e acolhedor, o que resultará em maior disposição e produtividade. Além disso, a aquisição de novos aparelhos proporcionará maior eficiência energética, permitindo a climatização dos ambientes com menor consumo de energia elétrica.

3.2. O estudo de demanda dos serviços a serem licitados foram realizados pela SEMUSA junto ao Departamento de Atenção Básica, Departamento de Média e Alta Complexidade, Gerência de Assistência Farmacêutica e Departamento de Vigilância em Saúde da rede municipal de saúde de Ji-Paraná/RO que resultou nas informações relativas à estimativa individual e total dos itens de modo a promover otimização, padronização e racionalização das aquisições de acordo com as demandas da SEMUSA. Outrossim, para subsidiar o estudo de demanda deste certame foram também observadas contratações anteriores firmadas por outros municípios, bem como verificações *in loco* realizadas pelos responsáveis pelas referidas pastas.

3.3. É importante levar em consideração que a obsolescência de muitos dos equipamentos em uso face aos avanços tecnológicos, deixam o atendimento ao público comprometido, uma vez que a administração pública não detém orçamento hábil e suficiente para substituir todos os equipamentos. Além disso, vale ressaltar que equipamentos obsoletos apresentam altos custos de manutenção, devido às peças e insumos exclusivos dos fabricantes, que nem sempre as têm, ou as têm em prazo hábil, fazendo por rotina a espera de manutenção de maquinário que fica muitas vezes parado ou subutilizado por meses até que se consiga a devida manutenção.

3.4. O presente procedimento licitatório tem por objeto o PREGÃO ELETRÔNICO para eventual e futura aquisição de equipamentos de ar-condicionado, para assegurar condições ambientais adequadas, proporcionando conforto térmico e qualidade do ar nos espaços da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, conforme as especificações técnicas dos equipamentos que serão objeto da aquisição contidas neste Termo de Referência.

3.5. A licitação do objeto consubstanciado neste Termo de Referência será dividida em ITENS, conforme tabela referida no item anterior neste Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.6. As estimativas de demanda, as unidades de medidas e os valores de referência de cada ITEM estão especificadas na tabela constante neste Termo de Referência.

3.7. Da Justificativa específica para licitação própria equipamentos de saúde:

3.7.1. Conforme exposto no Estudo Técnico ([ID 2579237](#)), a análise de mercado demonstra que a solução mais técnica e economicamente viável é a realização de licitação própria permitindo ao órgão público maior autonomia e controle em todas as etapas do processo de compra, desde o edital até a execução do contrato, possibilitando ajustes conforme suas necessidades específicas e evitando aquisições desnecessárias. Essa modalidade garante agilidade, transparência, redução de burocracias e maior eficiência no atendimento às demandas institucionais.

3.8. A contratação deste certame ocorrerá na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo a Superintendência de Compras e Licitações (SUPECOL) deste município expertise para acatar ou propor modalidade mais adequada, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 1.385, de 11 de março de 2024, e demais legislações aplicáveis e vigentes.

3.9. Dessa forma, a presente licitação será realizada de forma aberta, garantindo a livre participação de todos os fornecedores interessados, em consonância com os princípios da competitividade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

4. DOS LOCAIS BENEFICIADOS COM EQUIPAMENTOS

4.1. Os equipamentos beneficiarão as divisões dos seguintes departamentos: Departamento de Atenção Básica, Departamento de Média e Alta Complexidade, Gerência de Assistência Farmacêutica e Departamento de Vigilância em Saúde todos pertencentes à Secretária Municipal de Saúde, serão entregues e instalados nos locais conforme a demandada das pastas beneficiadas.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / QUANTIDADE REQUISITADA POR DEPARTAMENTO / QUANTIDADE TOTAL:

Planilha: Detalhamento e quantidade dos itens a serem adquiridos.

ITEM	REFERÊNCIA	UNID.	QTD CGA	QTD DMAC	QTD DAB	QTD DVS	QTD GAF	QTD TOTAL
01	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSAO 220V, FREQUENCIA 60HZ; CLASSIFICACAO ENERGETICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTERIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LINGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MINIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.	UN	05	60	70	08	00	143
02	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSAO 220V, FREQUENCIA 60HZ; CLASSIFICACAO ENERGETICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTERIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EMLINGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEMFIO; GARANTIA MINIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.	UN	03	50	30	04	04	91
03	APARELHO DE AR CONDICIONADO: CAPACIDADE 24.000 BTUS, TIPO SPLIT HIGH WALL, TENSAO 220 VOLTS, OPERACAO FRIO, CONTROLE REMOTO SEM FIO COM TODAS AS FUNCOES, REDUCAO DO NIVEL DE RUIDO, FLUXO DE AR DE ALTA EFICIENCIA, VISUALIZACAO CENTRAL DE FACIL LEITURA, DESUMIDIFICADOR SUPERPOTENCIA, OSCILACAO HORIZONTAL, AJUSTE AUTOMATICO DO FLUXO DE AR, TIMER PROGRAMAVEL, SELO PROCEL A, COM	UN	00	50	10	03	00	63

	TECNOLOGIA INVERTER. COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.							
04	APARELHO DE AR CONDICIONADO 48.000 BTUS; MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUENCIA 60HZ; CLASSIFICACAO ENERGETICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTERIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LINGUA PORTUGUESA. CONTROLLEREMOTO SEM FIO; GARANTIA MINIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.	UN	00	30	10	00	00	40
05	APARELHO DE AR CONDICIONADO 60.000 BTUS (SENDO ACEITOS APARELHOS COM POTÊNCIAS NOMINAIS ENTRE 55 MIL E 60 MIL BTUs); MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO, TENSÃO 220V. FREQUENCIA 60HZ INVERTER: COMPRESSOR ROTACAO VARIÁVEL; CLASSIFICACAO ENERGETICA INMETRO (A) DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA: FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTERIAS E ODORES) DESUMIDIFICADOR TIME DIGITAL TURBO: MANUAL DO USUARIO EM LINGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MINIMA 01 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.	UN	04	23	30	00	03	60

LEGENDA: CGA - Coordenadoria Geral Administrativa; DMAC - Departamento de Média e Alta Complexidade; DAB - Departamento de Atenção Básica; DVS - Departamento de Vigilância em Saúde, e; GAF - Gerenciamento de Assistência farmacêutica.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. Requisitos Técnicos Necessários

Conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à adequada definição do objeto e à busca da melhor relação custo-benefício conforme art. 11, inciso III, os equipamentos a serem contratados deverão atender, minimamente, às seguintes especificações técnicas:

6.1.1. Capacidade de refrigeração compatível com o porte e finalidade de uso do ambiente, expressa em BTUs, de acordo com os parâmetros técnicos estabelecidos no ETP, observando-se aspectos como metragem, incidência solar, número de pessoas e equipamentos geradores de calor;

6.1.2. Eficiência energética mínima classe A, segundo classificação vigente do INMETRO, visando à racionalização do consumo de energia elétrica e à sustentabilidade ambiental;

6.1.3. Tecnologia Inverter ou similar, que assegure maior estabilidade térmica, menor consumo energético e maior vida útil dos componentes do sistema;

6.1.4. Baixo nível de ruído, adequado a ambientes de permanência prolongada e atendimento ao público, conforme normas técnicas aplicáveis conforme NBR 10152;

6.1.5. Compatibilidade com a rede elétrica local (tensão e frequência), bem como conformidade com os padrões de segurança elétrica;

6.1.6. Garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos e garantia mínima de 06 (seis) meses para instalação, com disponibilidade de assistência técnica autorizada no município ou região onde se dará o uso do equipamento;

6.1.7. Filtro de ar lavável, reutilizável ou de fácil substituição, que contribua para a qualidade do ar interior, conforme preconizado por boas práticas de climatização;

6.1.8. Fornecimento de todos os acessórios e materiais de instalação, incluindo: tubulações de cobre isoladas, dreno, cabos elétricos, suportes metálicos, calhas, fita isolante, disjuntores e demais itens necessários à completa instalação e funcionamento seguro dos aparelhos;

6.1.9. Fornecimento de todos os equipamentos e materiais eficientes, devidamente autorizados e em conformidade com a legislação brasileira vigente, especialmente no que se refere aos gases refrigerantes e aos óleos lubrificantes.

6.2. Requisitos Funcionais e Operacionais

Considerando o princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), os aparelhos deverão atender às seguintes condições de uso e funcionalidade:

6.2.1. Atender à demanda de climatização de ambientes sensíveis, como aqueles destinados à conservação de insumos, medicamentos ou equipamentos médicos, exigindo controle preciso de temperatura;

6.2.2. Proporcionar conforto térmico adequado aos usuários e servidores, especialmente em áreas de atendimento ao público, salas de espera e ambientes administrativos;

6.2.3. Ser de fácil operação, preferencialmente com controle remoto, visor digital e manuais de instrução em língua portuguesa, facilitando o uso por diferentes perfis de usuários e permitindo manutenção preventiva adequada.

7. DA MODALIDADE DE COMPRA

7.1. Do critério de julgamento por menor valor

7.1.1. A presente licitação será julgada pelo critério de menor preço por item, conforme disposto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, desde que atendidas todas as exigências do edital.

7.1.2. Recomenda-se que a contratação seja realizada por meio de Pregão, na forma eletrônica, com posterior formalização de Ata de Registro de Preços.

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Face a todo exposto e conforme delineado no Levantamento de Mercado entre as soluções encontradas, a solução adotada no ETP é a aquisição, que se mostra economicamente mais vantajosa, podendo ocorrer por meio da modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, abrangendo:

8.1. Instalação

8.1.1. O contratado deverá realizar a instalação dos equipamentos nos locais indicados na respectiva Ordem de Instalação, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

8.1.2. Dentro do prazo estipulado, o contratado poderá realizar visita técnica ao local de instalação para verificação das condições existentes, incluindo instalações elétricas e demais necessidades. A visita deverá ser previamente agendada por meio do contato disponibilizado na Ordem de Instalação dos Bens.

8.1.3. Caso realize a visita técnica, o contratado deverá apresentar ao fiscal do contrato, ou a outro servidor responsável pela fiscalização, Declaração de Vistoria Técnica, atestando a compatibilidade entre as condições do local e o equipamento a ser instalado.

- 8.1.4.** O prazo máximo para conclusão dos serviços de instalação dos equipamentos será de 03 (três) dias úteis, contados do seu início, devendo o contratado apresentar justificativa formal, por escrito, caso a complexidade da instalação demande prazo superior.
- 8.1.5.** Caberá ao contratado o deslocamento dos equipamentos do local de entrega até os locais de instalação.
- 8.1.6.** O contratado será responsável por todos os custos relacionados à instalação dos equipamentos, incluindo diárias de funcionários, alimentação, transporte, combustível, eventual hospedagem, entre outros.
- 8.1.7.** Os equipamentos deverão ser instalados, obrigatoriamente, por profissional ou assistência técnica credenciados pelo fabricante.
- 8.1.8.** O contratado deverá apresentar ao fiscal do contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no conselho profissional competente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de início da instalação.
- 8.1.9.** A instalação dos equipamentos e seus acessórios deverá observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normativos aplicáveis:
- ABNT NBR 16401 Instalações de ar-condicionado Sistemas centrais e unitários;
 - ABNT NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão;
 - NR 10 Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
 - NR 35 Trabalho em altura;
 - NR 17 Ergonomia, especialmente o item 17.8.4.1.2, que estabelece nível de ruído de fundo de até 65 dB(A) para conforto acústico.
- 8.1.10.** Os materiais e acessórios utilizados na instalação deverão ser novos, de qualidade adequada, em conformidade com os manuais dos fabricantes e com as normas técnicas vigentes da ABNT.
- 8.1.11.** A instalação compreenderá todos os materiais necessários, tais como: tubulação de cobre, isolamento térmico, soldas, pressurização com nitrogênio, realização de vácuo, carga de fluido refrigerante compatível com o equipamento, suportes para condensadora, sistema de drenagem (inclusive embutido), fiação elétrica em cabo PP (ligação entre evaporadora e condensadora a partir do quadro de energia, incluindo disjuntor), bem como eventuais reparos em alvenaria, gesso e pintura, retirada, corte e reinstalação de vidros, entre outros necessários à perfeita execução dos serviços.
- 8.1.12.** A tubulação de cobre deverá possuir extensão mínima de 3 (três) metros entre as unidades evaporadora e condensadora.
- 8.1.13.** Caso a distância entre as unidades exceda essa medida, o contratante arcará com os custos adicionais referentes ao excedente da tubulação, conforme preços praticados no mercado local, devendo essa necessidade ser previamente identificada na Declaração de Vistoria Técnica.
- 8.1.14.** O isolamento térmico das linhas de líquido e gás deverá ser executado com espuma elastomérica, conforme normas técnicas aplicáveis.
- 8.1.15.** Deverão ser adotadas todas as precauções para evitar a formação de oxidação no interior dos tubos de cobre. As passagens em alvenaria deverão ser protegidas com tubos de PVC, evitando contato direto com argamassa.
- 8.1.16.** Os furos necessários à instalação deverão ser realizados na alvenaria, sendo vedada a intervenção em elementos estruturais (vigas, lajes e pilares).

- 8.1.17.** Eventuais danos às estruturas do contratante decorrentes da instalação deverão ser integralmente reparados pelo contratado, incluindo acabamento (reboco, emassamento e pintura na cor do ambiente).
- 8.1.18.** Antes da interligação definitiva, deverá ser realizado procedimento de vácuo para eliminação de umidade nas tubulações.
- 8.1.19.** A instalação deverá ser executada por profissional qualificado, de forma a preservar a garantia do equipamento.
- 8.1.20.** As interligações elétricas deverão garantir a estanqueidade dos gabinetes, utilizando-se silicone e prensa-cabos para vedação.
- 8.1.21.** Instalações realizadas acima de 2 (dois) metros de altura serão consideradas trabalho em altura, devendo os profissionais utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pela NR 35.
- 8.1.22.** A garantia do serviço de instalação será de 6 (seis) meses, contados a partir da aceitação dos serviços pela contratante.
- 8.1.23.** Após a instalação, os equipamentos deverão apresentar funcionamento satisfatório, devendo o contratado entregar ao fiscal Declaração de Execução da Instalação, certificando a conclusão dos serviços.
- 8.1.24.** Após a instalação e verificação pelo fiscal, que atestará a conformidade com as especificações técnicas e exigências contratuais, o recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato ou comissão designada, mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório.
- 8.1.25.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências.
- 8.1.26.** Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto (dimensão, qualidade ou quantidade), deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, notificando-se o contratado para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa.
- 8.1.27.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela perfeita execução do contrato.

8.2. Assistência técnica

- 8.2.1.** A manutenção preventiva (e corretiva, após findada a garantia) de aparelhos de ar-condicionado será realizada por meio de empresa especializada e com contrato vigente com a Prefeitura municipal de Ji-Paraná.
- 8.2.2.** Rede de assistência técnica autorizada da CONTRATADA deverá estar disponível, preferencialmente no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia para a execução dos serviços em garantia, e de todos os demais necessários à manutenção da regularidade operacional dos equipamentos adquiridos.
- 8.2.3.** É **admitida a subcontratação**, por meio de serviços especializados de manutenção e instalação homologados pelo fabricante, desde que mantidas inalteradas todas as condições originais de garantia.
- 8.2.4.** Caso não haja empresa credenciada no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia para execução de serviços relacionados à garantia, a CONTRATADA deverá enviar serviço técnico especializado à capital desta unidade federativa, para efetuar os reparos necessários.
- 8.2.5.** A CONTRATADA, no ato de entrega dos equipamentos, deverá entregar os termos de garantia, preferencialmente digital, a ser apresentado na rede de autorizadas, informando da gratuidade aqui estabelecida para os serviços durante a vigência da garantia.
- 8.2.6.** É vedado à CONTRATADA opor qualquer restrição à execução da garantia/assistência técnica/revisões gratuitas, constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, haja visto que o Termo

de Referência prevê serviços e peças a serem fornecidos pela CONTRATADA, sendo que a participação da empresa na licitação configura a aceitação plena das condições exigidas.

8.3. Garantia

As exigências abaixo se devem à complexidade e ao valor do objeto e tem por finalidade assegurar o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho do bem a ser adquirido.

8.3.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será conforme abaixo descrito ou pelo prazo fornecido pelo fabricante; se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

8.3.2. Garantia Total de 06 meses para a instalação dos equipamentos.

8.3.3. Garantia Total de 12 meses para todos os componentes dos equipamentos.

8.3.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste item, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

8.3.5. A empresa deverá fornecer termo de garantia, por meio de documentos próprios, preferencialmente na forma digital.

8.3.6. O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira clara e adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado, o ônus a cargo do CONTRATANTE, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e/ou uso do produto.

8.3.7. Os serviços de manutenção previstos no Plano de Manutenção serão realizados pela rede de assistência técnica autorizadas, durante o prazo de garantia.

8.3.8. A execução dos termos de garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

8.3.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

8.3.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

8.3.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

8.3.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

8.3.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

8.3.14. Na hipótese de inviabilidade de reparo, ou quando o equipamento apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser providenciada a substituição integral do equipamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.3.15. As peças, dispositivos ou mesmo equipamentos que forem substituídos durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias inicialmente previstas.

8.3.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do

Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

8.3.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

8.3.18. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, deverão atender às normas técnicas de fabricação, e estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

8.3.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8.4. Dos Locais de entrega e Instalação

8.4.1. As entregas e instalações deverão ser realizadas sem qualquer ônus adicional para a Contratante, em dias úteis, no horário de funcionamento compreendido entre segunda e sexta-feira, das 07h30min às 13h30min, exceto em feriados, hipótese em que a execução poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização da Administração.

8.4.2. A execução dos serviços de instalação deverá observar rigorosamente os locais e endereços especificados em anexo ([ID 2611887](#)) deste Termo cabendo à Contratada assegurar o cumprimento integral das condições pactuadas, inclusive quanto a prazos, logística e adequação técnica dos serviços prestados.

8.5. Condições de entrega e instalação

8.5.1. Os itens entregues e instalados devem estar em perfeito estado, sem sinais de avaria, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

8.5.2. Serão recusados os itens entregues e instalados, que não atendam às especificações corretas. Devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

8.5.3. O prazo de entrega e instalação dos bens é de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

8.4.4. Nos termos do art. 6º, XIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021, o objeto em tela é classificado como bem comum, uma vez que a especificação do objeto abarca especificações usuais de mercado.

8.6. Possíveis impactos ambientais:

Considerando os possíveis impactos ambientais associados ao uso deste bem durante seu ciclo de vida. Com base na Lei nº 14.133/2021, particularmente levando em conta o princípio do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º), esses impactos e suas respectivas medidas mitigadoras são:

8.6.1. São possíveis impactos ambientais de aparelhos de ar condicionado aqueles relacionados a vazamento de gás refrigerante ou descarte de equipamentos inservíveis e peças por defeitos.

8.6.2. Os aparelhos mais modernos são dotados de gás refrigerante que não degradam a camada de ozônio, sendo considerados ecológicos, não inflamáveis e com baixa toxicidade.

8.6.3. As peças defeituosas comumente substituídas são placas de circuito eletrônico ou capacitores, e são encaminhadas para descarte junto a empresas que vendem peças similares.

8.6.4. Os equipamentos inservíveis ficam à disposição para uso de peças em equipamentos iguais, e uma vez impossível de ser reutilizados, encaminhados para desfazimento junto ao setor competente.

9. DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

9.1. Por se tratar de Licitação com Registro de Preços, os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguirem à licitação de que trata este Termo de Referência correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ji-Paraná-RO do Departamento de Alta e Média Complexidade - DMAC, Departamento de Atenção Básica, e Departamento de Vigilância em Saúde, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Reserva. Abaixo seguem os detalhamentos das fichas orçamentárias:

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS									
10	Fundo Municipal de Saúde								
02	PODER EXECUTIVO								
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
020703	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA								
10	Saúde								
10 301	Atenção Básica								
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS								
10 301 0002 2101 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde								
555	0.1.600 0	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
		010.100	Atenção Primária - Principal	0,00			110.000,00		
				0,00			110.000,00		
020704	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA								
10	Saúde								
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial								
10 302 0003	SAÚDE CUIDADO ESPECIAL								
10 302 0003 2100 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Especializada								
608	0.1.600 0	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	137.167,73	0,00	0,00	137.167,73		
		010.108	MAC - Procedimentos	0,00			137.167,73		
				0,00			137.167,73		
020705	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE								
10	Saúde								
10 305	Vigilância Epidemiológica								
10 305 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS								
10 305 0002 2063 0000	Manut. dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde								
681	0.1.600 0	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00		
		010.113	Vigilância em Saúde	0,00			5.500,00		
				n nn			5.500,00		

10. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea e, da Lei nº 14.133/2021)

- 10.1.** Aquisição de aparelhos de ar-condicionado para atender as demandas das unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, entrega de equipamento e manutenção corretiva durante tempo de garantia, além das demais obrigações descritas neste TR.
- 10.2.** A execução contratual terá início com o recebimento da nota de empenho e finalizada ao final do cumprimento dos termos e tempo de garantia.
- 10.3.** Os Gestores e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na IN 75/2021, art. 119 da Lei 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 04/2024 do órgão central do sistema de controle interno do Município, CGM ([ID 1064860](#)), e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.
- 10.4.** O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 30 (trinta) dias úteis após o Recebimento Definitivo, condicionado à apresentação dos documentos de regularidade da empresa.

11. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, alínea h, da Lei nº 14.133/2021)

- 11.1.** A seleção do fornecedor será realizada por meio de pregão eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento menor preço por item, conforme art. 28 da referida lei e Estudo Técnico Preliminar.
- 11.2.** Serão exigidos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico financeira e qualificação técnica, com especial atenção à comprovação de capacidade técnico-operacional para fornecimento dos equipamentos.

11.3. A adjudicação ocorrerá ao licitante que apresentar o menor valor global por item, desde que atenda integralmente às exigências do edital e do Termo de Referência.

12. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

12.1. O julgamento da habilitação se dará pelo Pregoeiro(a), mediante exame dos documentos a seguir listados, conforme mandamento do art. 62, da Lei nº 14.133/21, os quais dizem respeito a todos os equipamentos solicitados no item: Planilha: Detalhamento e quantidade dos itens a serem adquiridos.

12.2. Qualificação Técnica

12.2.1. Comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica (atestado/certidão/declaração), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto deste instrumento.

12.2.2. Considera-se compatível com as características da presente licitação, a demonstração, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de que a licitante executou a entrega de equipamentos em quantidades similares.

12.2.3. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

12.3. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.3.1. Habilitação jurídica

12.3.2. No caso de empreendedor individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.3.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.3.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.3.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

12.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor,

12.4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.5. Qualificação Econômico-Financeira

12.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

12.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

12.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.5.4. Os documentos referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.5.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.5.6. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12.5.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

12.5.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.5.9. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.5.10. A comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, se dará por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

12.5.11. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste TR.

12.5.12. A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

12.5.13. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea i, da Lei nº 14.133/2021)

13.1. Estima-se o valor ao estimado médio total de **R\$ 2.422.886,64 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)** para aquisição dos itens deste Termo.

13.2. Para a estimativa, utilizou-se como parâmetro contratações similares, conforme LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, sendo considerada para tal a média das atas vigentes conforme demonstrado em planilha em disposta em Cotação Aparelhos de Ar Condicionado ([ID 2261775](#)), utilizada como memória de cálculo, conforme §1º, inciso VI, do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A fundamentação que dá suporte à formação dos preços e memória de cálculo encontra-se expostas no Estudo Técnico ([ID 2579237](#)).

13.4. Ressalta-se que a estimativa aqui apresentada tem caráter preliminar e orientador, devendo ser complementada por pesquisa de preços formal a ser conduzida pela Coordenadoria de Gestão de Processos (CGP).

14. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

14.1. Do detalhamento da execução dos serviços estão dispostos no tópico 10 deste TR.

14.2. Os equipamentos serão entregues no ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE-SEMUSA conforme tópico 8.3 deste TR, setor responsável pelo controle e recebimento do Patrimônio do no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a partir do recebimento da Nota de Empenho.

14.3. No ato da entrega, a CONTRATADA deverá apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento.

14.4. O recebimento dos equipamentos deverá ser previamente agendado com o setor responsável pela Supervisão de Patrimônio dos respectivos SEMUSA e realizada na presença de servidor ou comissão designada pela CONTRATANTE para esta finalidade.

14.4.1. PROVISORIAMENTE: Até 15 (quinze) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações e condições contidas no Termo de Referência.

14.4.2. DEFINITIVAMENTE: em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos e consequente aceitação, após a realização de testes de conformidade e vistoria, mediante a lavratura de Termo de Aceite, que será assinado pelas partes.

14.5. Nos termos do art. 73, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, o recebimento de material de valor superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) será feito por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

14.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14.7. Se detectada qualquer inconformidade com a proposta ou avaria na embalagem deste, a CONTRATADA será imediatamente informada, por escrito, devendo se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas do recebimento do comunicado.

14.8. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.9. A ata tem validade máxima de 12 meses, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e no Decreto nº 10.024/2019 (regulamenta o pregão eletrônico) podendo ser prorrogado, desde que comprovado o interesse da Administração, a vantajosidade da prorrogação e mantidas as condições de habilitação da contratada, até o limite máximo de 10 (dez) anos.

14.9.1. A renovação da ATA dependerá de autorização formal da autoridade competente, devidamente motivada, observando-se, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Haja justificativa formal da vantajosidade da prorrogação, com base em estudo de preços atualizados;
- b) Mantenham-se inalteradas as condições da proposta vencedora;
- c) Haja concordância expressa da empresa registrada;
- d) A prorrogação seja formalizada dentro do prazo de vigência da ata original.
- e) Comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Aspectos específicos à assistência técnica são abordados no tópico 8. deste Termo de Referência em especial nos tópicos "8.1. Instalação, 8.2. Assistência técnica, 8.3. Garantia e 8.5. Condições de entrega e instalação".

16. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

16.1. Os procedimentos de fiscalização atenderão ao disposto na Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024 que:

"Dispõe sobre as atividades de gestor e fiscal de contratos, da comissão de recebimento de materiais e serviços, e dá outras providências".

16.2. A Comissão de Recebimento irá promover confirmação da autenticidade do documento fiscal, e declarar que o objeto da aquisição foi fiscalizada bem como de que a documentação suporte para fins de pagamentos (Certidões negativas) estão adequadas para subsidiar a regular liquidação e pagamento.

16.3. Nos termos dos art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE designará um representante para representá-lo, acompanhar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

16.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea d da Lei nº 14.133/21)

17.1. A Lei nº 14.133/2021, que regula as contratações públicas, estabelece diretrizes para garantir que as aquisições de produtos e serviços sigam critérios sustentáveis. O artigo 11 dessa lei enfatiza a necessidade de adotar padrões de sustentabilidade nas contratações, considerando todo o ciclo de vida do objeto, o que implica na avaliação de impactos ambientais, sociais e econômicos ao longo de toda a sua utilização, desde a produção até o descarte ou reaproveitamento.

17.2. No caso específico da contratação de uma pessoa jurídica para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, os resultados pretendidos em termos de efetividade e desenvolvimento nacional sustentável.

17.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis ([ID 1713069](#)).

17.3.1. A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do decreto 7.746/2012, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras, e;
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

17.3.2. Deverá ser observada, ainda, a Instrução Normativa (IN) SLTI/MPOG N° 1/2010 e atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

17.3.3. Na execução dos serviços objeto deste termo de referência a empresa contratada deverá obrigatoriamente promover as práticas de sustentabilidade ambiental, conforme o disposto na Instrução Normativa no 01/2010 da SLTI/MPDG, e adotar as seguintes práticas sustentáveis, quando couber.

17.3.4. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

17.3.5. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

17.3.6. Observar a Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

17.3.7. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

17.3.8. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

17.3.9. Prover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA, e;

17.3.10. Respeitar as Normas Brasileiras NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

17.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

17.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento e garantia dos equipamentos, objeto deste instrumento, no local e nos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus Anexos;

18.2. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do contrato, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

18.3. Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

18.4. Manter um número telefônico, para abertura de chamados de manutenção e assistência técnica, durante todo o período de garantia dos equipamentos; manter um endereço de e-mail, para confirmação de abertura de chamados de manutenção e assistência técnica, durante todo o período de garantia além de receber notificações e demandas quanto os termos deste termo de referência;

18.5. Fornecer a CONTRATANTE, em um prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando solicitado, via e-mail ou telefone:

18.6.1. Relação completa de todos os materiais de consumo necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, com a respectiva procedência (fabricante e nacionalidade). A relação deverá estar anexada à proposta comercial;

18.6.2. Os manuais de serviço e de operação, ambos em português ou acompanhado de tradução, para cada item distinto do objeto da licitação, o número de vias do manual de operação correspondente à quantidade definida por item do objeto de licitação. O manual de serviço compreende: esquemas eletrônicos, eletromecânicos, pneumáticos, procedimentos de calibração, lista de equipamentos necessários à manutenção corretiva, calibração, desenho explodido e lista completa de peças, com respectivos códigos, podendo, entretanto, exigir sigilo em função do seu direito à propriedade industrial ou intelectual;

18.7. Garantir, durante a vigência do contrato, a contar da data de aceitação do equipamento, o fornecimento de peças de reposição e de insumos, comprometendo-se a fornecê-los no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento do pedido da CONTRATANTE;

18.8. Prestar serviço de assistência técnica conforme prescrito neste Termo de Referência. Quando a assistência técnica envolver outro fabricante que não o licitante, este deverá apresentar-se quando solicitado, com o termo de compromisso assinado pelo fabricante do equipamento;

18.9. Fica o licitante responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal do equipamento e peças, pelo prazo de 12 (doze) meses, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças que se fizerem necessário, sem nenhum ônus à CONTRATANTE;

18.10. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada na manutenção (no caso de garantia), devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas dos vários órgãos normatizadores e regulamentadores (ANVISA, ABNT, etc.) correspondentes às demandas descritas neste instrumento;

18.11. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, decorrente de sua culpa ou dolo, desde que praticada por seus empregados quando da entrega ou da assistência técnica aos equipamentos objeto deste instrumento;

18.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os equipamentos, se os mesmos apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, ou desgaste anormal dos equipamentos e peças;

18.13. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento de todas as disposições contidas no Edital e Termo de Referência.

18.14. Os equipamentos disponibilizados deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo aceitos equipamentos funcionando parcialmente ou com a presença de avarias.

18.15. Havendo necessidade, a Contratada deverá apresentar relatório especificando todas as informações técnicas dos equipamentos disponibilizados.

18.16. Assegurar a confiabilidade dos equipamentos fornecidos, por meio de controle de qualidade, apresentando os resultados em conformidade com todas as normas exigidas.

18.17. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, número de telefone, conta bancária, e em quaisquer outros julgados necessários para o correto contato, recebimento ou recebimento de correspondências.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 19.1.** Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 19.2.** Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Edital e Pregão Eletrônico;
- 19.3.** Encaminhar a nota de empenho para a contratada;
- 19.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- 19.5.** Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;
- 19.6.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, às penalidades previstas neste Termo de Referência;
- 19.7.** Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- 19.8.** A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 19.9.** Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATANTE estar ciente das normas técnicas dos vários órgãos normatizadores e regulamentadores (ANVISA, ABNT, etc.) correspondentes às demandas descritas neste instrumento.

20. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DOS PREÇOS

20.1. Os preços registrados poderão ser reajustados anualmente, contado a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, com base na variação do Índice de preços ao consumidor IPCA/IBGE, conforme previsão nos termos do artigo 25, incisos I, II e III do Decreto Federal nº 11.462/2023, nas seguintes condições:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Além do reajuste anual, a revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer momento durante a validade da ata, desde que comprovada a variação significativa dos preços no mercado, sendo vedado o pedido e a concessão da revisão após a emissão da nota de empenho, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 1385, de 11 de março de 2024.

20.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, conforme orienta a Lei Federal nº 14.133/21, art. 124

21. DA FORMA DE PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

21.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 141, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

21.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos bens descritos na nota fiscal apresentada.

21.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

21.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

21.7. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal do Contrato, que somente afastará a aquisição/fornecimento do objeto nomes de referência e liberará a referida Nota Fiscal Para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

21.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

21.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

EM= I x N x VP, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso

21.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

21.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão d'ão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

23.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

23.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

23.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

23.1.5. fraudar a licitação

23.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

23.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.2.1. advertência;

23.2.2. multa;

23.2.3. impedimento de licitar e contratar e

23.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

23.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

23.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

23.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

23.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

23.4.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

23.4.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

23.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

23.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

23.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

23.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

23.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

24. DO PREGÃO ELETRÔNICO

24.1. A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (ou da Lei nº 10.520/2002, se for o caso), regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, considerando que o objeto se refere à aquisição de bens comuns, conforme definido na legislação vigente.

24.2. O objeto da licitação consiste na aquisição de aparelhos de ar-condicionado, cujas especificações técnicas encontram-se claramente definidas neste Termo de Referência, sendo passível de ampla pesquisa de mercado e com padrões consolidados.

24.3. A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se pelos seguintes motivos:

24.3.1. O objeto caracteriza-se como bem comum, com especificações usuais e padronizadas, conforme art. 6º, inciso LV, da Lei nº 14.133/2021;

24.3.2. A utilização de sistema eletrônico promove maior amplitude e competitividade, permitindo a participação de fornecedores de diversas regiões do país;

24.3.3. O procedimento eletrônico assegura agilidade, transparência e economicidade, atendendo aos princípios que regem a Administração Pública;

24.3.4. O formato permite lances sucessivos e disputa em tempo real, proporcionando melhores condições para obtenção da proposta mais vantajosa;

24.3.5. Atende plenamente ao interesse público, especialmente quanto à eficiência na contratação de equipamentos essenciais ao conforto térmico e bom funcionamento das instalações administrativas.

24.4. A sessão pública ocorrerá por meio da plataforma eletrônica oficial adotada pelo órgão (como o Compras.gov.br), garantindo a publicidade e a rastreabilidade de todos os atos do certame.

25. DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

25.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO e Departamentos e/ou órgãos ou entidades relacionadas no objeto deste Edital;

25.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formaliza por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no § 4º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente à solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação

25.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

25.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

25.4.1. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

25.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou CARONA'.

25.6. Renovação dos Quantitativos em Caso de Prorrogação da Ata

25.6.1. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna-se necessária a atualização ou renovação dos quantitativos registrados, de modo a garantir o adequado atendimento às demandas da Administração Pública durante o novo período de validade da Ata.

25.6.2. A atualização dos quantitativos deve observar:

- O disposto no art. 124, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que permite alterações quantitativas no contrato, por acordo entre as partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público, nos limites legais;
- A avaliação da demanda efetivamente registrada na vigência anterior da Ata, com base em relatórios de consumo ou atas de requisições emitidas;
- As necessidades futuras justificadas pelas unidades requisitantes, considerando os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade (art. 11 da Lei nº 14.133/2021);
- Os limites para acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado da Ata, conforme permitido pelo art. 124, caput, salvo exceções legalmente previstas.

25.6.3. A renovação dos quantitativos será formalizada por meio de termo aditivo, condicionada à anuência do fornecedor detentor da Ata, mediante justificativa técnica da área requisitante e comprovação da vantajosidade da continuidade do fornecimento.

26. CONSIDERAÇÕES GERAIS

26.1. Esta Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA e Seus Departamentos se reserva ao direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou NÃO adquirir qualquer quantidade.

26.2. Dúvidas poderão ser sanadas com a Coordenadoria Geral Administrativa e se houver interesse em verificação local, a visita deverá ser agendada previamente junto à mesma Seção pelo e-mail: semusajipa@gmail.com ou pelos telefones: (69) 3416-4182 e/ou, (69) 3416-4177. Sendo assim, as descrições contidas neste Termo de Referência buscam dar aos participantes do processo licitatório de forma transparente e clara os subsídios à elaboração de suas propostas e delinear o método executivo, preço estimado dos serviços, prazo de execução, bem como as exigências quanto a qualidade da execução dos serviços.

26.3. Elaboração

Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor **Renato Silva**, que reuniu as informações técnicas necessárias para a elaboração do mesmo.

26.4. Revisão

O presente termo, juntamente com suas demais cláusulas, foi revisado pelo servidor, **Renato Silva** em conformidade com a legislação vigente.

26.5. Aprovação

O presente Termo de Referência foi aprovado pelo Secretário de Saúde do Município de Ji-Paraná, **Cristiano Ramos Pereira**, confirmando que o documento atende às necessidades e requisitos das referidas secretárias, conforme as normas vigentes e as melhores práticas administrativas.


Aprovado por:


CRISTIANO RAMOS PEREIRA
Secretário de Saúde do Município de Ji-Paraná
Decreto nº 0038/GAB/PMJP/2025


Revisado por:

RENATO SILVA
Enfermeiro - 30H -SAU
Matrícula nº 14642

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 Documento assinado eletronicamente por **RENATO SILVA, ENFERMEIRO - 30H - SAU**, em 17/04/2026 às 11:38, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 17/04/2026 às 12:26, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2579162** e o código verificador **E758C6D5**.

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Planilha EVENTUAIS LOCAIS PARA INSTALAÇÃO	16/04/2026	2611887

Planilha: SEMUSA – Endereços dos Departamentos/unidades a receber instalação dos aparelhos de ar-condicionado.

ITEM	LOCAL	ENDEREÇO
01	SEMUSA/SEDE	Av. Transcontinental, nº 2183 – Bairro 2 de Abril – Ji-Paraná/RO – CEP 76800-000
02	GAF/ Gerência Farmacêutica	Rua Teresina, nº 485 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-326
03	Farmácia Básica 1º Distrito	Av. Marechal Rondon, nº 1380 – Bairro Dois de Abril – Ji-Paraná/RO – CEP 76801-150
04	Farmácia Básica 2º Distrito	Av. Maringá, nº 582 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
05	Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ)	Rua Cauchero, S/N (Ao lado da Divisão de Imunização, nº 1618) – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-706
06	Vigilância em Saúde Ambiental	Rua Manoel Franco, nº 1832 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-610
07	Divisão de Endemias	Rua Manoel Franco, nº 1832 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-610
08	Divisão de Vigilância Epidemiológica	Rua Porto Velho, nº 2307 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 76907-736
09	Divisão de Vigilância Sanitária	Rua Capitão Sílvia, nº 1166 – Bairro Casa Preta – Ji-Paraná/RO – CEP 76907-743
10	Divisão de Imunização	Rua Cauchero, nº 1618 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-706
11	Centro De Saúde Da Mulher Cecília Cunha	Av. Clóvis Arraes Chaves, nº 2207 – Bairro Urupá – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-209
12	Centro de Especialidade Padre Adolfo Rohl	Rua Presidente Vargas, nº 1053 – Bairro Centro – Ji-Paraná/RO – CEP 76800-000
13	CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)	Rua Porto Velho, nº 2323 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 78961-970
14	Centro de Referência Especializado em Atenção Materno Infantil (CREAMI)	Rua Cruzeiro do Sul, nº 2713 – Bairro Mario Andreazza – Ji-Paraná/RO – CEP 76800-000
15	Serviço de Atendimento Especializado (SAE)	Rua Porto Velho, nº 2273 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 76907-736
16	Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD)	Rua Porto Velho, nº 2323 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 78961-970
17	Centro Especializado em Reabilitação (CER)	Rua Barão do Rio Branco, nº 1651 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-614
18	CEM - Centro de Especialidade Médica	Rua Ruth Pimenta, nº 213-111 – Bairro Jardim Aurélio Bernardi – Ji-Paraná/RO – CEP 76907-458
19	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	Rua Sena Madureira, nº 1709 – Bairro São Pedro – Ji-Paraná/RO – CEP 76913-607
20	Residencial Terapêutico	Rua Porto Velho, nº 2323 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
21	Hospital Municipal Dr Claudionor Couto Roriz	Av. Dom Bosco, nº 1300 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-617
22	Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	Rua Vinícius de Moraes, nº 980 – Bairro São Pedro – Ji-Paraná/RO – CEP 76913-605
23	Unidade Básica de Saúde de Especialidades Médicas Dom Bosco	Rua Mato Grosso, nº 675 – Bairro Urupá – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-178
24	Unidade Básica de Saúde KM 5	Rua dos Cravos, nº 2526 – Bairro Santiago – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-662
25	Unidade Básica De Saúde - Dois De Abril	Rua Dr. Antônio Lázaro de Moura, nº 538 – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-700
26	UBS - Unidade Básica de Saúde Nova Londrina	Rua Bahia, nº 1095 – Distrito de Nova Londrina – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
27	UBS - Unidade Básica de Saúde Jucelino Cardoso de Jesus	Av. Governador Jorge Teixeira, nº 2457 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-662
28	UBS - Unidade Básica de Saúde Nova Brasília	Av. Brasília, nº 1185 – Bairro Riachuelo – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020



29	UBS - Unidade Básica de Saúde Primavera	Rua Plácido de Castro, nº 228 – Bairro Primavera – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
30	UBS - Unidade Básica de Saúde São Francisco	Rua Vila Velha, nº 346 – Bairro São Francisco – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
31	UBS - Unidade Básica de Saúde BNH	Rua Cruzeiro do Sul, nº 2563 – Bairro BNH – Ji-Paraná/RO – CEP 76913-711
32	UBS - Unidade Básica de Saúde L1 Maringá	Av. Maringá, n. 582, Bairro Nova Brasília, CEP 76900-020
33	UBS - Unidade Básica de Saúde Nova Colina	Rua Tancredo Neves, nº 1010 – Distrito de Nova Colina – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
34	UBS - Unidade Básica de Saúde São Bernardo	Rua do Cipó, nº 1128 – Bairro São Bernardo – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-992
35	UBS - Unidade Básica de Saúde José dos Santos	Rua Águia Azul, nº 200 – Bairro Orleans – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
36	UBS - Unidade Básica de Saúde Green Park	Rua Itapirema, s/n – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná/RO – CEP 76901-809
37	Academia de Saúde BNH	Rua E, nº 101 – Bairro Mario D'Andreazza B – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-000
38	Academia de Saúde Jardim dos Migrantes	Rua Antônio Lázaro de Moura, nº 402 – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-785
39	Bolsa Família	Av. Marechal Rondon, nº 1380 – Bairro Dois de Abril – Ji-Paraná/RO – CEP 76801-150
40	Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	Av. Maringá, nº 582 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020

***Planilha elaborada conforme os endereços dos setores especificados na primeira planilha constante do tópico “4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO” deste ETP. Ressalta-se que os setores que compartilham o endereço dentro de uma unidade (por exemplo, alas do Hospital Municipal) tiveram seu endereço considerado e citado apenas uma vez, conforme a unidade de origem.**





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha	EVENTUAIS LOCAIS PARA INSTALAÇÃO	16/04/2026
ID: 2611887	Processo	Documento
CRC: A1861DD4		
Processo: 0-0/0		
Usuário: RENATO SILVA		
Criação: 16/04/2026 12:24:56	Finalização: 16/04/2026 12:27:20	
MD5: 2974003E1FCD13CA83CF328A0555378D		
SHA256: 10D51C0140B223F1A42AB77B8430882DC7861D61121B611797C43AC0DF01424C		
Súmula/Objeto:		
ETP – AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO		
INTERESSADOS		
COORDENADORIA GERAL ADMINISTRATIVA - CGA	Ji-Paraná	RO 16/04/2026 12:24:56
ASSUNTOS		
REGISTRO DE PREÇO		16/04/2026 12:24:56
DOCUMENTOS RELACIONADOS		
Termo de Referência 103	06/04/2026	2579162
Estudo Técnico 17	06/04/2026	2579237

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2611887 e o CRC A1861DD4.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP

DADOS BÁSICOS:

Processo: 1-5679/2025

Órgão: Secretária Municipal de Saúde

Unidades: Departamento de Atenção Básica - DAB

Departamento de Média e Alta Complexidade- DMAC

Departamento de Vigilância em Saúde DVS

Gerenciamento de Assistência farmacêutica GAF

Coordenadoria Geral Administrativa - CGA

Assunto: Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado para atender as demandas das unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

O presente documento tem por finalidade formalizar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), caracterizando a primeira etapa do planejamento da contratação pública, conforme previsto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Esta fase tem como propósito identificar, de forma estruturada, a real necessidade administrativa e as possíveis soluções para seu atendimento, com base na análise de viabilidade técnica, econômica e operacional da aquisição pretendida.

Neste caso específico, trata-se da necessidade de aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com o objetivo de suprir as demandas das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam: Departamento de Atenção Básica, Departamento de Média e Alta Complexidade, Gerência de Assistência Farmacêutica e Departamento de Vigilância em Saúde. A aquisição se faz necessária diante da identificação de insuficiência, ineficiência ou inexistência de equipamentos de climatização em diversas unidades assistenciais, o que compromete a adequada prestação dos serviços de saúde, o bem-estar de usuários e servidores, e, em certos casos, a conservação correta de insumos e medicamentos sensíveis à temperatura.

A climatização adequada dos ambientes está diretamente relacionada à qualidade dos serviços prestados à população, bem como ao cumprimento de normas sanitárias e de segurança, além de promover melhores condições de trabalho aos profissionais da saúde. Nesse sentido, formula-se a presente proposição de aquisição dos aparelhos.

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2025, conforme determina o art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade do planejamento das contratações públicas como instrumento essencial à boa governança, à eficiência da gestão pública e ao cumprimento das finalidades institucionais dos órgãos e entidades.

A inclusão da demanda no PCA evidencia o adequado alinhamento entre as necessidades operacionais das unidades de saúde e o planejamento estratégico e orçamentário da Administração, permitindo maior previsibilidade das aquisições, otimização dos recursos públicos e racionalização dos processos licitatórios. Essa prática assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, economicidade, eficácia e planejamento, que regem a atuação da Administração. Pública.

Além disso, a previsão no PCA confirma que a demanda foi devidamente formalizada, validada e registrada pelas unidades requisitantes, com base em levantamento prévio das necessidades reais de

climatização nos ambientes institucionais, com especial atenção àqueles destinados ao atendimento assistencial, armazenamento de insumos e medicamentos, e ao desempenho de atividades administrativas essenciais.

A seguir, relacionam-se os Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) que respaldam esta contratação, os quais foram devidamente cadastrados no sistema, identificando a unidade requisitante, a necessidade específica e os quantitativos estimados, em conformidade com os parâmetros legais e administrativos vigentes:

DFD - Formalização de Demanda DFD Nº 407 de 29/05/2025 ([ID 1787649](#)).

DFD - Formalização de Demanda DFD Nº 1247 de 29/05/2025 ([ID 1787650](#)).

DFD - Formalização de Demanda DMAC e Unidades Especializadas de 02/06/2025 ([ID 1793243](#)).

DFD - Formalização de Demanda 624 DSAT DVS de 04/06/2025 ([ID 1799361](#)).

DFD - Formalização de Demanda 615 ADM DVS de 04/06/2025 ([ID 1799376](#)).

DFD - Formalização de Demanda 312 DVE DVS de 04/06/2025 ([ID 1799417](#)).

DFD - Formalização de Demanda 382 DI DVS de 04/06/2025 ([ID 1799424](#)).

DFD - Formalização de Demanda 616 VS DVS de 04/06/2025 ([ID 1799441](#)).

DFD - Formalização de Demanda 351 UVZ DVS de 04/06/2025 ([ID 1799455](#)).

DFD - Formalização de Demanda 1304 de 07/03/2025 ([ID 1599914](#)).

DFD - Formalização de Demanda 512 de 23/07/2024 ([ID 1681019](#)).

Esses documentos demonstram que a contratação em estudo foi devidamente prevista no ciclo de planejamento anual da Administração, integrando-se ao conjunto de aquisições prioritárias da Secretaria Municipal de Saúde, com respaldo técnico e administrativo das respectivas unidades demandantes.

Dessa forma, ratifica-se a pertinência e legitimidade da presente contratação, com base em critérios técnicos e legais, atendendo plenamente ao princípio do planejamento e às diretrizes da nova Lei de Licitações e Contratos.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A definição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução baseou-se na análise técnica das demandas apresentadas pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, bem como nas características funcionais e estruturais dos ambientes onde os equipamentos serão instalados. A escolha da solução mais adequada visa garantir a eficiência do serviço público, a durabilidade dos equipamentos e a economicidade da contratação.

Requisitos Técnicos Necessários:

Capacidade de refrigeração compatível com o tamanho e uso do ambiente, considerando a potência adequada (em BTUs) de acordo com os parâmetros técnicos estabelecidos;

Eficiência energética mínima classe A, segundo classificação do INMETRO, visando economia no consumo de energia elétrica;

Equipamentos com tecnologia inverter ou similar, que proporcione maior eficiência e menor oscilação térmica;

Aparelhos com baixo nível de ruído, adequados a ambientes de atendimento ao público e salas de trabalho;

Compatibilidade elétrica com a rede local, incluindo tensão, frequência e padrões de instalação;

Garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos e 06 (seis) meses para instalação, com assistência técnica autorizada disponível no município ou região;

Filtro de ar lavável ou de fácil substituição, assegurando qualidade do ar nos ambientes climatizados;

Acompanhamento de todos os acessórios e materiais de instalação, conforme exigência de cada ambiente.

Requisitos Funcionais e Operacionais:

Atender à necessidade de climatização de ambientes que exigem controle de temperatura para preservação de insumos, medicamentos e equipamentos sensíveis;

Proporcionar conforto térmico aos usuários e profissionais de saúde;

Ser de fácil operação e manutenção, preferencialmente com comandos remotos e manuais em português.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades levou em consideração o histórico de aquisição dos anos anteriores (vida útil estimada dos aparelhos), tomando por base os equipamentos em uso até o presente momento.

Considerando que não há nenhuma regulamentação do Inmetro sobre o prazo médio de vida útil de aparelhos eletrodomésticos e similares porém pesquisas realizadas na rede mundial de computadores apontam duração média de 10 (dez) anos de uso, entretanto nota-se que no serviço público o uso é contínuo chegando alguns aparelhos a ficar em funcionamento de forma ininterrupta e que nem sempre os itens que podem influenciar nesta duração são otimizados (qualidade do aparelho, manutenção, condições de uso por exemplo.), chegou-se à estimativa de demandas que se encontram consignadas na tabela a seguir:

Planilha: Detalhamento e quantidade dos itens a serem adquiridos.

ITEM	REFERÊNCIA	UNID.	QTD CGA	QTD DMAC	QTD DAB	QTD DVS	QTD GAF	QTD TOTAL
01	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSAO 220V, FREQUENCIA 60HZ; CLASSIFICACAO ENERGETICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTERIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LINGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MINIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.	UN	05	60	70	08	00	143
02	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSAO 220V, FREQUENCIA 60HZ; CLASSIFICACAO ENERGETICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTERIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EMLINGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEMFIO; GARANTIA MINIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.	UN	03	50	30	04	04	91
03	APARELHO DE AR CONDICIONADO: CAPACIDADE 24.000 BTUS, TIPO SPLIT HIGH WALL, TENSAO 220 VOLTS, OPERACAO FRIO, CONTROLE REMOTO SEM FIO COM TODAS AS FUNCOES, REDUCAO DO NIVEL DE RUIDO, FLUXO DE AR DE ALTA EFICIENCIA, VISUALIZACAO CENTRAL DE FACIL LEITURA, DESUMIDIFICADOR SUPERPOTENCIA, OSCILACAO HORIZONTAL, AJUSTE AUTOMATICO DO FLUXO DE AR, TIMER PROGRAMAVEL, SELO PROCEL A, COM TECNOLOGIA INVERTER. COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.	UN	00	50	10	03	00	63
04	APARELHO DE AR CONDICIONADO 48.000 BTUS; MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO. TENSAO 220V, FREQUENCIA 60HZ; CLASSIFICACAO ENERGETICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM	UN	00	30	10	00	00	40

	DO AR (REDUZ BACTERIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LINGUA PORTUGUESA. CONTROLEREMOTO SEM FIO; GARANTIA MINIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.							
05	APARELHO DE AR CONDICIONADO 60.000 BTUS (SEND O ACEITOS APARELHOS COM POTÊNCIAS NOMINAIS ENTRE 55 MIL E 60 MIL BTUs); MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO, TENSÃO 220V. FREQUENCIA 60HZ INVERTER: COMPRESSOR ROTACAO VARIÁVEL; CLASSIFICACAO ENERGETICA INMETRO (A) DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA: FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTERIAS E ODORES) DESUMIDIFICADOR TIME DIGITAL TURBO: MANUAL DO USUARIO EM LINGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MINIMA 01 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.	UN	04	23	30	00	03	60

LEGENDA: CGA - Coordenadoria Geral Administrativa; DMAC - Departamento de Média e Alta Complexidade; DAB - Departamento de Atenção Básica; DVS - Departamento de Vigilância em Saúde, e; GAF - Gerenciamento de Assistência farmacêutica.

LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

A solução escolhida para aquisição de aparelhos de ar-condicionado com especificações técnicas mínimas padronizadas, mostrou-se a mais adequada por reunir os requisitos de desempenho, eficiência, disponibilidade no mercado, padronização para manutenção e instalação, além de permitir o atendimento uniforme às diversas unidades solicitantes. Essa padronização contribui para facilitar futuras aquisições, gerando economia de escala e ganhos logísticos para a Administração.

Dessa forma, a presente contratação se justifica como a solução técnica, operacional e economicamente mais viável, atendendo de forma suficiente às necessidades apontadas pelas unidades gestoras, conforme os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

Na forma do disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal 14.133 quanto o levantamento de mercado, e identificação das possíveis soluções existentes, esta equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, realizando uma análise comparativa entre as soluções identificadas, com objetivo de identificar a solução que apresente maior vantagem econômica, ganhos de eficiência administrativa, continuidade sustentável social e ambiental, incorporação de tecnologias, possibilidade de compra ou locação de bens e opções menos onerosas à Administração Pública Municipal.

Solução 1 - Locação

Através de consultas realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas, não foram observadas contratações no sentido de aluguel deste tipo de equipamento. Em pesquisa na Rede Mundial de Computadores (World Wide Web), foram observadas empresas especializadas na locação dos referidos equipamentos (planilha adiante), entretanto limitando-se apenas para eventos ou por tempo determinado, não viabilizando esta opção.

Planilha: Pesquisa de Locação de aparelhos de ar-condicionado.

ORDEM	EMPRESA	SEGMENTO DE MERCADO	URL DA PESQUISA
01	ECORENTAL	LOCAÇÃO PARA EVENTOS	https://www.ecorental.com.br/
02	7CLIMA	LOCAÇÃO PARA EVENTOS	https://7clima.com.br/
03	EUROCLIMA	LOCAÇÃO PARA EVENTOS	http://www.euroclimaloc.com.br/

Solução 2 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Não foram encontradas Atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão que atendessem as necessidades e demandas dos setores requisitantes.

Solução 3 - Registrar a intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

Registrar a intenção de participar de um processo de outro órgão pode criar um processo mais burocrático e demorado, prejudicando a eficiência administrativa.

Solução 4 - Realizar licitação própria.

A realização de licitação própria permite ao órgão público maior autonomia e controle em todas as etapas do processo de compra, desde o edital até a execução do contrato, possibilitando ajustes conforme suas necessidades específicas e evitando aquisições desnecessárias. Essa modalidade garante agilidade, transparência, redução de burocracias e maior eficiência no atendimento às demandas institucionais.

Com base nessas vantagens, justifica-se a contratação de empresas para aquisição de aparelhos de ar-condicionado, alinhando-se à missão da saúde pública municipal. Solicita-se, portanto, a inclusão no Sistema de Registro de Preços por 12 meses, assegurando continuidade dos serviços, economicidade e controle direto sobre as contratações.

Após análise de mercado, conclui-se que a solução mais técnica e economicamente viável é a Opção 4 Pregão Eletrônico Próprio com futura ata de registro de preços, especialmente indicada para contratações frequentes.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor ao estimado médio total de **R\$ 2.422.886,64 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)** para aquisição dos itens deste ETP.

Para a estimativa, utilizou-se como parâmetro contratações similares, conforme LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, sendo considerada para tal a média das atas vigentes conforme demonstrado em planilha em anexo ([ID 2611775](#)).

Entretanto considerando as diretrizes da referida lei, a estimativa de valor da presente será atualizada contratação será realizada com base em cotação de preços a ser conduzida pela Controladoria-Geral de Preços. Essa medida visa garantir maior segurança na definição do valor estimado da contratação, assegurando a economicidade, a viabilidade técnica da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Memória de calculo

Atualmente os aparelhos de ar-condicionado disponíveis nesta Secretaria Municipal de Saúde são de diversas origens, desde obtidos através de convênios e até mesmo doações, sendo assim, há aparelhos em condições de seminovo e aparelhos com mais de décadas de uso, sendo que estes últimos rotineiramente apresentam defeitos e responsáveis por grande parte do gasto com manutenções e consumo de energia. Considerando o exposto e acrescentando a implementação de vários serviços (Unidade de Pronto Atendimento e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, p.ex.,) desde a última licitação de aparelhos de ar condicionado, entende-se as demandas informadas pelos departamentos extraídas dos IDs ([ID 1787649](#)), ([ID 1787650](#)), ([ID 1793278](#)), ([ID 1799485](#)), ([ID 1599914](#)), e ([ID 1826796](#)) que evidenciam a necessidade de aquisição dos referidos aparelhos conforme demonstrado neste ETP pelo tópico intitulado "**Planilha: Detalhamento e quantidade dos itens a serem adquiridos**".

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Face a todo exposto e conforme delineado no Levantamento de Mercado entre as soluções encontradas, a solução adotada neste ETP é a aquisição, que se mostra economicamente mais vantajosa, podendo ocorrer por meio da modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo a Superintendência de Compras e Licitações (SUPECOL) deste município expertise para acatar ou propor modalidade mais adequada, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicáveis e vigentes.

7.1. Instalação

7.1.1. O contratado deverá realizar a instalação dos equipamentos nos locais indicados na respectiva Ordem de Instalação, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

7.1.2. Dentro do prazo estipulado, o contratado poderá realizar visita técnica ao local de instalação para verificação das condições existentes, incluindo instalações elétricas e demais necessidades. A visita deverá ser previamente agendada por meio do contato disponibilizado na Ordem de Instalação dos Bens.

7.1.3. Caso realize a visita técnica, o contratado deverá apresentar ao fiscal do contrato, ou a outro servidor responsável pela fiscalização, Declaração de Vistoria Técnica, atestando a compatibilidade entre as condições do local e o equipamento a ser instalado.

7.1.4. O prazo máximo para conclusão dos serviços de instalação dos equipamentos será de 03 (três) dias úteis, contados do seu início, devendo o contratado apresentar justificativa formal, por escrito, caso a complexidade da instalação demande prazo superior.

7.1.5. Caberá ao contratado o deslocamento dos equipamentos do local de entrega até os locais de instalação.

7.1.6. O contratado será responsável por todos os custos relacionados à instalação dos equipamentos, incluindo diárias de funcionários, alimentação, transporte, combustível, eventual hospedagem, entre outros.

7.1.7. Os equipamentos deverão ser instalados, obrigatoriamente, por profissional ou assistência técnica credenciados pelo fabricante.

7.1.8. O contratado deverá apresentar ao fiscal do contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no conselho profissional competente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de início da instalação.

7.1.9. A instalação dos equipamentos e seus acessórios deverá observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normativos aplicáveis:

- ABNT NBR 16401 Instalações de ar-condicionado Sistemas centrais e unitários;
- ABNT NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão;
- NR 10 Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR 35 Trabalho em altura;
- NR 17 Ergonomia, especialmente o item 17.8.4.1.2, que estabelece nível de ruído de fundo de até 65 dB(A) para conforto acústico.

7.1.10. Os materiais e acessórios utilizados na instalação deverão ser novos, de qualidade adequada, em conformidade com os manuais dos fabricantes e com as normas técnicas vigentes da ABNT.

7.1.11. A instalação compreenderá todos os materiais necessários, tais como: tubulação de cobre, isolamento térmico, soldas, pressurização com nitrogênio, realização de vácuo, carga de fluido refrigerante compatível com o equipamento, suportes para condensadora, sistema de drenagem (inclusive embutido), fiação elétrica em cabo PP (ligação entre evaporadora e condensadora a partir do quadro de energia, incluindo disjuntor), bem como eventuais reparos em alvenaria, gesso e pintura, retirada, corte e reinstalação de vidros, entre outros necessários à perfeita execução dos serviços.

7.1.12. A tubulação de cobre deverá possuir extensão mínima de 3 (três) metros entre as unidades evaporadora e condensadora.

7.1.13. Caso a distância entre as unidades exceda essa medida, o contratante arcará com os custos adicionais referentes ao excedente da tubulação, conforme preços praticados no mercado local, devendo

essa necessidade ser previamente identificada na Declaração de Vistoria Técnica.

7.1.14. O isolamento térmico das linhas de líquido e gás deverá ser executado com espuma elastomérica, conforme normas técnicas aplicáveis.

7.1.15. Deverão ser adotadas todas as precauções para evitar a formação de oxidação no interior dos tubos de cobre. As passagens em alvenaria deverão ser protegidas com tubos de PVC, evitando contato direto com argamassa.

7.1.16. Os furos necessários à instalação deverão ser realizados na alvenaria, sendo vedada a intervenção em elementos estruturais (vigas, lajes e pilares).

7.1.17. Eventuais danos às estruturas do contratante decorrentes da instalação deverão ser integralmente reparados pelo contratado, incluindo acabamento (reboco, emassamento e pintura na cor do ambiente).

7.1.18. Antes da interligação definitiva, deverá ser realizado procedimento de vácuo para eliminação de umidade nas tubulações.

7.1.19. A instalação deverá ser executada por profissional qualificado, de forma a preservar a garantia do equipamento.

7.1.20. As interligações elétricas deverão garantir a estanqueidade dos gabinetes, utilizando-se silicone e prensa-cabos para vedação.

7.1.21. Instalações realizadas acima de 2 (dois) metros de altura serão consideradas trabalho em altura, devendo os profissionais utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pela NR 35.

7.1.22. A garantia do serviço de instalação será de 6 (seis) meses, contados a partir da aceitação dos serviços pela contratante.

7.1.23. Após a instalação, os equipamentos deverão apresentar funcionamento satisfatório, devendo o contratado entregar ao fiscal Declaração de Execução da Instalação, certificando a conclusão dos serviços.

7.1.24. Após a instalação e verificação pelo fiscal, que atestará a conformidade com as especificações técnicas e exigências contratuais, o recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato ou comissão designada, mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório.

7.1.25. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências.

7.1.26. Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto (dimensão, qualidade ou quantidade), deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, notificando-se o contratado para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa.

7.1.27. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela perfeita execução do contrato.

7.2. Assistência técnica

7.2.1. A manutenção preventiva (e corretiva, após findada a garantia) de aparelhos de ar-condicionado será realizada por meio de empresa especializada e com contrato vigente com a Prefeitura municipal de Ji-Paraná.

7.2.2. Rede de assistência técnica autorizada da CONTRATADA deverá estar disponível, preferencialmente no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia para a execução dos serviços em garantia, e de todos os demais necessários à manutenção da regularidade operacional dos equipamentos adquiridos.

7.2.3. É **admitida a subcontratação**, por meio de serviços especializados de manutenção e instalação homologados pelo fabricante, desde que mantidas inalteradas todas as condições originais de garantia.

7.2.4. Caso não haja empresa credenciada no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia para execução de serviços relacionados à garantia, a CONTRATADA deverá enviar serviço técnico especializado à capital desta unidade federativa, para efetuar os reparos necessários.

7.2.5. A CONTRATADA, no ato de entrega dos equipamentos, deverá entregar os termos de garantia, preferencialmente digital, a ser apresentado na rede de autorizadas, informando da gratuidade aqui estabelecida para os serviços durante a vigência da garantia.

7.1.6. É vedado à CONTRATADA opor qualquer restrição à execução da garantia/assistência técnica/revisões gratuitas, constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, haja visto que o Termo de Referência prevê serviços e peças a serem fornecidos pela CONTRATADA, sendo que a participação da empresa na licitação configura a aceitação plena das condições exigidas.

7.3. Garantia

As exigências abaixo se devem à complexidade e ao valor do objeto e tem por finalidade assegurar o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho do bem a ser adquirido.

7.3.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será conforme abaixo descrito ou pelo prazo fornecido pelo fabricante; se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.3.2. Garantia Total de 06 meses para a instalação dos equipamentos.

7.3.3. Garantia Total de 12 meses para todos os componentes dos equipamentos.

7.3.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste item, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7.3.5. A empresa deverá fornecer termo de garantia, por meio de documentos próprios, preferencialmente na forma digital.

7.3.6. O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira clara e adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado, o ônus a cargo do CONTRATANTE, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e/ou uso do produto.

7.3.7. Os serviços de manutenção previstos no Plano de Manutenção serão realizados pela rede de assistência técnica autorizadas, durante o prazo de garantia.

7.3.8. A execução dos termos de garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

7.3.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.3.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.3.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.3.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.3.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.3.14. Na hipótese de inviabilidade de reparo, ou quando o equipamento apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser providenciada a substituição integral do equipamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

7.3.15. As peças, dispositivos ou mesmo equipamentos que forem substituídos durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias inicialmente previstas.

7.3.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.3.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

7.3.18. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, deverão atender às normas técnicas de fabricação, e estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

7.3.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7.4. Dos Locais de Entrega e Instalação

7.4.1. As entregas e instalações deverão ser realizadas sem qualquer ônus adicional para a Contratante, em dias úteis, no horário de funcionamento compreendido entre segunda e sexta-feira, das 07h30min às 13h30min, exceto em feriados, hipótese em que a execução poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização da Administração.

7.4.2. A execução dos serviços de instalação deverá observar rigorosamente os locais e endereços especificados em anexo ([ID 2611887](#)) deste ETP, cabendo à Contratada assegurar o cumprimento integral das condições pactuadas, inclusive quanto a prazos, logística e adequação técnica dos serviços prestados.

7.5. Condições de Entrega e instalação

7.5.1. Os itens entregues e instalados devem estar em perfeito estado, sem sinais de avaria, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

7.5.2. Serão recusados os itens entregues e instalados, que não atendam às especificações corretas. Devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.5.3. O prazo de entrega e instalação dos bens é de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

7.4.4. Nos termos do art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto em tela é classificado como bem comum, uma vez que a especificação do objeto abarca especificações usuais de mercado.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme o disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de parcelamento da contratação, entretanto com vistas a ampliar a competitividade, reduzir custos e garantir maior eficiência na execução.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A partir da realização do Pregão Eletrônico, com o objetivo de equipamentos de ar-condicionado, busca-se assegurar condições ambientais adequadas, proporcionando conforto térmico e qualidade do ar nos espaços da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná. Essa iniciativa visa garantir o bem-estar dos servidores e, principalmente, dos usuários, promovendo um ambiente de trabalho mais confortável e acolhedor, o que resultará em maior disposição e produtividade. Além disso, a aquisição de novos aparelhos proporcionará maior eficiência energética, permitindo a climatização dos ambientes com menor consumo de energia elétrica.

Almeja-se, igualmente, assegurar o princípio da isonomia entre os licitantes, bem como a justa competição, incentivando a competitividade e evitando contratações com sobrepreço ou com valores manifestamente inexequíveis, atuando, assim, no combate ao superfaturamento na execução dos contratos.

Dessa forma, visualizam-se os resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como no que se refere à melhoria contínua dos serviços oferecidos à população, à efetividade das ações e ao desenvolvimento nacional sustentável.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A administração adotará as seguintes providências, visando garantir a adequada execução contratual, a conformidade legal e a boa gestão do objeto contratado:

Designação da Equipe de Fiscalização e Gestão Contratual:

Será formalmente designada, por meio de portaria ou outro instrumento administrativo equivalente, a equipe responsável pela fiscalização e gestão do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Essa equipe será composta por servidores efetivos com conhecimento técnico compatível com o objeto contratado ou que venham a ser capacitados para tal fim.

Capacitação dos Fiscais Contratuais:

Caso necessário, será promovida a capacitação dos servidores designados para a fiscalização e gestão contratual, especialmente quanto:

- À verificação técnica da instalação e funcionamento dos equipamentos de ar-condicionado;
- Às rotinas de recebimento provisório e definitivo;
- À verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e do cronograma de execução;
- À formalização de ocorrências, aplicação de penalidades e elaboração de relatórios.

A capacitação poderá ser realizada internamente, por meio da unidade de contratos ou setor técnico do órgão, ou externamente, por meio de cursos disponibilizados por escolas de governo, como a ENAP, TCU ou outros centros de formação pública.

Verificação de Adequação da Infraestrutura:

Antes da instalação dos equipamentos, será realizada a avaliação das condições físicas e elétricas dos ambientes a serem climatizados, garantindo que estejam adequados à instalação dos aparelhos, conforme as especificações técnicas.

Planejamento Logístico:

A unidade demandante, em conjunto com o setor responsável pela gestão de contratos, organizará previamente os locais e cronograma de entrega e instalação dos equipamentos, evitando interferências nas rotinas administrativas e otimizando os recursos operacionais.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Entende-se também que a presente contratação não depende de qualquer outro processo licitatório para surtir seus efeitos, ou seja, ocorre de forma independente, e por já existir processo de instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, não se torna viável o parcelamento da contratação.

DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Considerando os possíveis impactos ambientais associados ao uso deste bem durante seu ciclo de vida. Com base na Lei nº 14.133/2021, particularmente levando em conta o princípio do desenvolvimento

nacional sustentável (Art. 5º), esses impactos e suas respectivas medidas mitigadoras são:
São possíveis impactos ambientais de aparelhos de ar condicionado aqueles relacionados a vazamento de gás refrigerante ou descarte de equipamentos inservíveis e peças por defeitos.
Os aparelhos mais modernos são dotados de gás refrigerante que não degradam a camada de ozônio, sendo considerados ecológicos, não inflamáveis e com baixa toxicidade.

As peças defeituosas comumente substituídas são placas de circuito eletrônico ou capacitores, e são encaminhadas para descarte junto a empresas que vendem peças similares.

Os equipamentos inservíveis ficam à disposição para uso de peças em equipamentos iguais, e uma vez impossível de ser reutilizados, encaminhados para desfazimento junto ao setor competente.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudo Preliminar, que a contratação:
A contratação via Pregão Eletrônico é viável e economicamente vantajosa para atender as demandas da unidade requisitante, promovendo a qualidade e eficiência no atendimento à população

[X] é viável [] não é viável

Ji-Paraná, data da assinatura eletrônica.

Aprovado por:

CRISTIANO RAMOS PEREIRA
Secretário Municipal De Saúde
Decreto nº 0038/2025

Revisado por:

RENATO SILVA
Enfermeiro - 30H -SAU
Matrícula nº 14642

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **RENATO SILVA, ENFERMEIRO - 30H - SAU**, em 17/04/2026 às 11:15, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 17/04/2026 às 12:26, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2579237** e o código verificador **E02E406C**.

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Cotação AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS	16/04/2026	2611775
2	Planilha EVENTUAIS LOCAIS PARA INSTALAÇÃO	16/04/2026	2611887

Referência: [Processo nº 1-5679/2025.](#)

Docto ID: 2579237 v2

Cotação de equipamentos: descrição, editais, valores (unitário total e médio).

ITEM	REFERÊNCIA		UNID.	QTD
01	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUENCIA 60HZ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.		UN	143
COTAÇÃO ESTIMATIVA	EDITAL	LINK DO EDITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Edital nº 5/2026	http://pncp.gov.br/app/editais/89971782000110/2026/9	R\$: 2.399,33	R\$: 343.104,19
MÉDIA			R\$: 2.399,33	R\$: 343.104,19

ITEM	REFERÊNCIA		UNID.	QTD
02	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUENCIA 60HZ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.		UN	91
COTAÇÃO ESTIMATIVA	EDITAL	LINK DO EDITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Edital nº 5/2026	http://pncp.gov.br/app/editais/89971782000110/2026/9	R\$: 4.485,60	R\$: 408.189,60
MÉDIA			R\$: 4.485,60	R\$: 408.189,60



ITEM	REFERÊNCIA		UNID.	QTD
03	APARELHO DE AR CONDICIONADO: CAPACIDADE 24.000 BTUS, TIPO SPLIT HIGH WALL, TENSÃO 220 VOLTS, OPERAÇÃO FRIO, CONTROLE REMOTO SEM FIO COM TODAS AS FUNÇÕES, REDUÇÃO DO NÍVEL DE RUÍDO, FLUXO DE AR DE ALTA EFICIÊNCIA, VISUALIZAÇÃO CENTRAL DE FÁCIL LEITURA, DESUMIDIFICADOR SUPERPOTÊNCIA, OSCILAÇÃO HORIZONTAL, AJUSTE AUTOMÁTICO DO FLUXO DE AR, TIMER PROGRAMÁVEL, SELO PROCEL A, COM TECNOLOGIA INVERTER. COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.		UN	63
COTAÇÃO ESTIMATIVA	EDITAL	LINK DO EDITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Edital nº 5/2026	http://pncp.gov.br/app/editais/89971782000110/2026/9	R\$: 5.206,95	R\$: 328.037,85
MÉDIA			R\$: 5.206,95	R\$: 328.037,85

ITEM	REFERÊNCIA		UNID.	QTD
04	APARELHO DE AR CONDICIONADO 48.000 BTUS; MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLEREMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.		UN	40
COTAÇÃO ESTIMATIVA	EDITAL	LINK DO EDITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Edital nº 010/2026-CMC/PMB/2026	https://pncp.gov.br/app/editais/04283040000149/2026/23	R\$: 11.233,47	R\$: 449.338,80
COTAÇÃO DE INSTALAÇÃO PARA O(S) APARELHO(S)				
01	Edital nº 016/2026	https://pncp.gov.br/app/editais/04214419000105/2026/44	R\$: 975,00	R\$: 39.000,00
* Para este item, como não houve resultados para aquisição com instalação, cotou-se o serviço e somou-se ao valor do equipamento.			TOTAL	R\$: 12.208,47
				R\$: 488.388,80



ITEM	REFERÊNCIA		UNID.	QTD
05	APARELHO DE AR CONDICIONADO 60.000 BTUS (SENDO ACEITOS APARELHOS COM POTÊNCIAS NOMINAIS ENTRE 55 MIL E 60 MIL BTUs); MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO, TENSÃO 220V. FREQUENCIA 60HZ INVERTER: COMPRESSOR ROTACAO VARIÁVEL; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO (A) DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA: FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES) DESUMIDIFICADOR TIME DIGITAL TURBO: MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA 01 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUIDA.		UN	60
COTAÇÃO ESTIMATIVA	EDITAL	LINK DO EDITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Edital nº 010/2026-CMC/PMB/2026	https://pncp.gov.br/app/editais/04283040000149/2026/23	R\$: 13.277,77	R\$: 796.666,20
COTAÇÃO DE INSTALAÇÃO PARA O(S) APARELHO(S)				
01	Edital nº 016/2026	https://pncp.gov.br/app/editais/04214419000105/2026/44	R\$: 975,00	R\$: 58.500,00
* Para este item, como não houve resultados para aquisição com instalação, cotou-se o serviço e somou-se ao valor do equipamento.			TOTAL	R\$: 14.252,77 R\$: 855.166,20





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Cotação	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR	16/04/2026

ID:	2611775	Processo	Documento
CRC:	17042ADE		
Processo:	0-0/0		
Usuário:	RENATO SILVA		
Criação:	16/04/2026 12:13:16	Finalização:	16/04/2026 12:14:24

MD5: **EF9EEF9EFA2781A3A1BB611FEBB3CDCE**

SHA256: **19016D6DFDDFA21DEEF540DE29800A05BEE09829B36F44E5F64572639B3034D8**

Súmula/Objeto:

ETP – AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO

INTERESSADOS

COORDENADORIA GERAL ADMINISTRATIVA - CGA	Ji-Paraná	RO	16/04/2026 12:13:16
--	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	16/04/2026 12:13:16
-------------------	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Estudo Técnico 17	06/04/2026	2579237
-------------------	------------	---------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2611775 e o CRC 17042ADE.

Planilha: SEMUSA – Endereços dos Departamentos/unidades a receber instalação dos aparelhos de ar-condicionado.

ITEM	LOCAL	ENDEREÇO
01	SEMUSA/SEDE	Av. Transcontinental, nº 2183 – Bairro 2 de Abril – Ji-Paraná/RO – CEP 76800-000
02	GAF/ Gerência Farmacêutica	Rua Teresina, nº 485 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-326
03	Farmácia Básica 1º Distrito	Av. Marechal Rondon, nº 1380 – Bairro Dois de Abril – Ji-Paraná/RO – CEP 76801-150
04	Farmácia Básica 2º Distrito	Av. Maringá, nº 582 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
05	Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ)	Rua Cauchero, S/N (Ao lado da Divisão de Imunização, nº 1618) – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-706
06	Vigilância em Saúde Ambiental	Rua Manoel Franco, nº 1832 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-610
07	Divisão de Endemias	Rua Manoel Franco, nº 1832 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-610
08	Divisão de Vigilância Epidemiológica	Rua Porto Velho, nº 2307 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 76907-736
09	Divisão de Vigilância Sanitária	Rua Capitão Sílvia, nº 1166 – Bairro Casa Preta – Ji-Paraná/RO – CEP 76907-743
10	Divisão de Imunização	Rua Cauchero, nº 1618 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-706
11	Centro De Saúde Da Mulher Cecília Cunha	Av. Clóvis Arraes Chaves, nº 2207 – Bairro Urupá – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-209
12	Centro de Especialidade Padre Adolfo Rohl	Rua Presidente Vargas, nº 1053 – Bairro Centro – Ji-Paraná/RO – CEP 76800-000
13	CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)	Rua Porto Velho, nº 2323 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 78961-970
14	Centro de Referência Especializado em Atenção Materno Infantil (CREAMI)	Rua Cruzeiro do Sul, nº 2713 – Bairro Mario Andreazza – Ji-Paraná/RO – CEP 76800-000
15	Serviço de Atendimento Especializado (SAE)	Rua Porto Velho, nº 2273 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 76907-736
16	Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD)	Rua Porto Velho, nº 2323 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 78961-970
17	Centro Especializado em Reabilitação (CER)	Rua Barão do Rio Branco, nº 1651 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-614
18	CEM - Centro de Especialidade Médica	Rua Ruth Pimenta, nº 213-111 – Bairro Jardim Aurélio Bernardi – Ji-Paraná/RO – CEP 76907-458
19	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	Rua Sena Madureira, nº 1709 – Bairro São Pedro – Ji-Paraná/RO – CEP 76913-607
20	Residencial Terapêutico	Rua Porto Velho, nº 2323 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
21	Hospital Municipal Dr Claudionor Couto Roriz	Av. Dom Bosco, nº 1300 – Bairro Dom Bosco – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-617
22	Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	Rua Vinícius de Moraes, nº 980 – Bairro São Pedro – Ji-Paraná/RO – CEP 76913-605
23	Unidade Básica de Saúde de Especialidades Médicas Dom Bosco	Rua Mato Grosso, nº 675 – Bairro Urupá – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-178
24	Unidade Básica de Saúde KM 5	Rua dos Cravos, nº 2526 – Bairro Santiago – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-662
25	Unidade Básica De Saúde - Dois De Abril	Rua Dr. Antônio Lázaro de Moura, nº 538 – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-700
26	UBS - Unidade Básica de Saúde Nova Londrina	Rua Bahia, nº 1095 – Distrito de Nova Londrina – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
27	UBS - Unidade Básica de Saúde Jucelino Cardoso de Jesus	Av. Governador Jorge Teixeira, nº 2457 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76908-662
28	UBS - Unidade Básica de Saúde Nova Brasília	Av. Brasília, nº 1185 – Bairro Riachuelo – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020



29	UBS - Unidade Básica de Saúde Primavera	Rua Plácido de Castro, nº 228 – Bairro Primavera – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
30	UBS - Unidade Básica de Saúde São Francisco	Rua Vila Velha, nº 346 – Bairro São Francisco – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
31	UBS - Unidade Básica de Saúde BNH	Rua Cruzeiro do Sul, nº 2563 – Bairro BNH – Ji-Paraná/RO – CEP 76913-711
32	UBS - Unidade Básica de Saúde L1 Maringá	Av. Maringá, n. 582, Bairro Nova Brasília, CEP 76900-020
33	UBS - Unidade Básica de Saúde Nova Colina	Rua Tancredo Neves, nº 1010 – Distrito de Nova Colina – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
34	UBS - Unidade Básica de Saúde São Bernardo	Rua do Cipó, nº 1128 – Bairro São Bernardo – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-992
35	UBS - Unidade Básica de Saúde José dos Santos	Rua Águia Azul, nº 200 – Bairro Orleans – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020
36	UBS - Unidade Básica de Saúde Green Park	Rua Itapirema, s/n – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná/RO – CEP 76901-809
37	Academia de Saúde BNH	Rua E, nº 101 – Bairro Mario D'Andreazza B – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-000
38	Academia de Saúde Jardim dos Migrantes	Rua Antônio Lázaro de Moura, nº 402 – Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-785
39	Bolsa Família	Av. Marechal Rondon, nº 1380 – Bairro Dois de Abril – Ji-Paraná/RO – CEP 76801-150
40	Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	Av. Maringá, nº 582 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO – CEP 76900-020

***Planilha elaborada conforme os endereços dos setores especificados na primeira planilha constante do tópico “4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO” deste ETP. Ressalta-se que os setores que compartilham o endereço dentro de uma unidade (por exemplo, alas do Hospital Municipal) tiveram seu endereço considerado e citado apenas uma vez, conforme a unidade de origem.**





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha	EVENTUAIS LOCAIS PARA INSTALAÇÃO	16/04/2026
ID: 2611887	Processo	Documento
CRC: A1861DD4		
Processo: 0-0/0		
Usuário: RENATO SILVA		
Criação: 16/04/2026 12:24:56	Finalização: 16/04/2026 12:27:20	
MD5: 2974003E1FCD13CA83CF328A0555378D		
SHA256: 10D51C0140B223F1A42AB77B8430882DC7861D61121B611797C43AC0DF01424C		
Súmula/Objeto:		
ETP – AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO		
INTERESSADOS		
COORDENADORIA GERAL ADMINISTRATIVA - CGA	Ji-Paraná	RO 16/04/2026 12:24:56
ASSUNTOS		
REGISTRO DE PREÇO		16/04/2026 12:24:56
DOCUMENTOS RELACIONADOS		
Termo de Referência 103	06/04/2026	2579162
Estudo Técnico 17	06/04/2026	2579237

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2611887 e o CRC A1861DD4.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARTICIPAÇÃO: AMPLA E COTA RESERVADA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-5679/2025 – SEMUSA

OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual de aquisição de aparelhos de ar condicionado com instalação, visando suprir as demandas das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.

À
Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und	Qnt.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
1.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.	UND	107	2.600,50	278.253,50
COTA DE 25% DO ITEM 01 – PARTICIPAÇÃO RESERVADA À ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					
2.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.	UND	36	2.600,50	93.618,00
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
3.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ;	UND	68	4.663,33	317.106,44

	CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.				
COTA DE 25% DO ITEM 03 – PARTICIPAÇÃO RESERVADA À ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					
4.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS; MODELO SPLIT HIGH WALL, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.	UND	23	4.663,33	107.256,59
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
5.	APARELHO DE AR CONDICIONADO: CAPACIDADE 24.000 BTUS, TIPO SPLIT HIGH WALL, TENSÃO 220 VOLTS, OPERAÇÃO FRIO, CONTROLE REMOTO SEM FIO COM TODAS AS FUNÇÕES, REDUÇÃO DO NÍVEL DE RUÍDO, FLUXO DE AR DE ALTA EFICIÊNCIA, VISUALIZAÇÃO CENTRAL DE FÁCIL LEITURA, DESUMIDIFICADOR SUPERPOTÊNCIA, OSCILAÇÃO HORIZONTAL, AJUSTE AUTOMÁTICO DO FLUXO DE AR, TIMER PROGRAMÁVEL, SELO PROCEL A, COM TECNOLOGIA INVERTER. COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.	UN	47	6.843,67	321.652,49
COTA DE 25% DO ITEM 05 – PARTICIPAÇÃO RESERVADA À ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					
6.	APARELHO DE AR CONDICIONADO: CAPACIDADE 24.000 BTUS, TIPO SPLIT HIGH WALL, TENSÃO 220 VOLTS, OPERAÇÃO FRIO, CONTROLE REMOTO SEM FIO COM TODAS AS FUNÇÕES, REDUÇÃO DO NÍVEL DE RUÍDO, FLUXO DE AR DE ALTA EFICIÊNCIA, VISUALIZAÇÃO CENTRAL DE FÁCIL LEITURA, DESUMIDIFICADOR SUPERPOTÊNCIA, OSCILAÇÃO HORIZONTAL, AJUSTE AUTOMÁTICO DO FLUXO DE AR, TIMER PROGRAMÁVEL, SELO PROCEL A, COM TECNOLOGIA INVERTER. COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.	UN	16	6.843,67	109.498,72

ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
7.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 48.000 BTUS; MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.	UN	30	13.852,34	415.570,20
COTA DE 25% DO ITEM 07 – PARTICIPAÇÃO RESERVADA À ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					
8.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 48.000 BTUS; MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO. TENSÃO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A". DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA; FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIDIFICADOR TIMER DIGITAL, TURBO; MANUAL DO USUARIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA; 1 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.	UN	10	13.852,34	138.523,40
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
9.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 60.000 BTUS (SENDO ACEITOS APARELHOS COM POTENCIAS NOMINAIS ENTRE 55 MIL E 60 MIL BTUS); MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO, TENSÃO 220V. FREQUÊNCIA 60HZ INVERTER: COMPRESSOR ROTAÇÃO VARIÁVEL; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO (A) DISPLAY DIGITAL EVAPORADORA: FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES) DESUMIDIFICADOR TIME DIGITAL TURBO: MANUAL DO USUARIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA 01 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.	UN	45	14.259,33	641.669,85
COTA DE 25% DO ITEM 09 – PARTICIPAÇÃO RESERVADA À ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					
10.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 60.000 BTUS (SENDO ACEITOS APARELHOS COM POTENCIAS NOMINAIS ENTRE 55 MIL E 60 MIL BTUS); MODELO SPLIT PISO TETO, CICLO FRIO, TENSÃO 220V. FREQUÊNCIA 60HZ INVERTER: COMPRESSOR ROTAÇÃO VARIÁVEL; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO (A) DISPLAY DIGITAL	UN	15	14.259,33	213.889,95

EVAPORADORA: FILTRAGEM DO AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES) DESUMIDIFICADOR TIME DIGITAL TURBO: MANUAL DO USUARIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. CONTROLE REMOTO SEM FIO; GARANTIA MÍNIMA 01 ANO (EVAPORADORA/CONDENSADORA). COM INSTALAÇÃO INCLUÍDA.				
Valor total estimado para todos os itens..... <i>(dois milhões seiscentos e trinta e sete mil e trinta e nove reais e quatorze centavos)</i>				2.637.039,14

Observações:

- Os itens 1, 3, 5, 7 e 9, são destinados para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- Os itens 2, 4, 6, 8 e 10, são **COTA de até 25%** destinado à **PARTICIPAÇÃO RESERVADA À ME/MEI/EPP** e equiparadas.
- Os itens 2, 4, 6, 8, 10 constam como abertos no sistema COMPRASGOV para ampla participação tão somente em razão do sistema possuir uma falha quanto a aplicação da cota no caso de SRP. Todavia, embora estejam abertos no sistema, serão consideradas apenas as propostas de ME's e equiparadas para os mencionados itens. Assim, as propostas de empresas que não se enquadrem como ME e equiparadas para os citados itens, serão desclassificadas.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASGOV/CATMAT, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.
- **As licitantes deverão encaminhar juntamente com a proposta, folder, catálogo ou similar para adequada análise do setor técnico competente.**

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias (mínimo).

Local/ Forma de entrega: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

Garantia: Garantia mínima de **12 (doze) meses** para o equipamento e instalação, com disponibilidade de assistência técnica autorizada no Município de Ji-Paraná ou região onde se dará o uso do equipamento.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

(Local), de

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

ANEXO III
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

1. HABILITAÇÃO TÉCNICA

1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

1.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

1.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

1.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

2. OUTRAS COMPROVAÇÕES

2.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa.

ANEXO III – A
MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.ji-parana.ro.gov.br**
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) **no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado **CONTRATANTE** doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTAL
1					
2					
3					

...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (*ou*) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice..... (*conforme consta no Termo de Referência – Anexo I do Edital*) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 1.17. São obrigações do Contratante:
- 1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 1.34.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.35.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.36.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.37.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 1.38.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.39.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.40.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.41.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.42.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.43.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.44.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.45.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.46.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 1.47.** Não haverá exigência de garantia contratual (*ou*) A exigência de garantia contratual da execução será a (*conforme descrito no Termo de Referência*).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 1.48. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - Multa:**
 - Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.50.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.50.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.50.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.54. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.56. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.57. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.58. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.59. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.59.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.60. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.60.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.60.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.60.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.61. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.61.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.61.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.61.3. Indenizações e multas.

1.62. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.63. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.64. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.64.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.65. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.66. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.67. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.68. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.69. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.70. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.71. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos __ (____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e __, às __ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...**, publicada no de/...../202....., **processo administrativo n.º**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Ite m	Descrição Genérica	Unidade de Fornecimento	Quantidade Total	Quantida de Ofertada	Valor Unitário	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os

participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por **igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. **A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link [Portal de Serviços \(ji-parana.ro.gov.br\)](http://Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br)), o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.**
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes

remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade

gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)*

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:**

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original:**

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade Ofertada	Valor Un	Valor Total